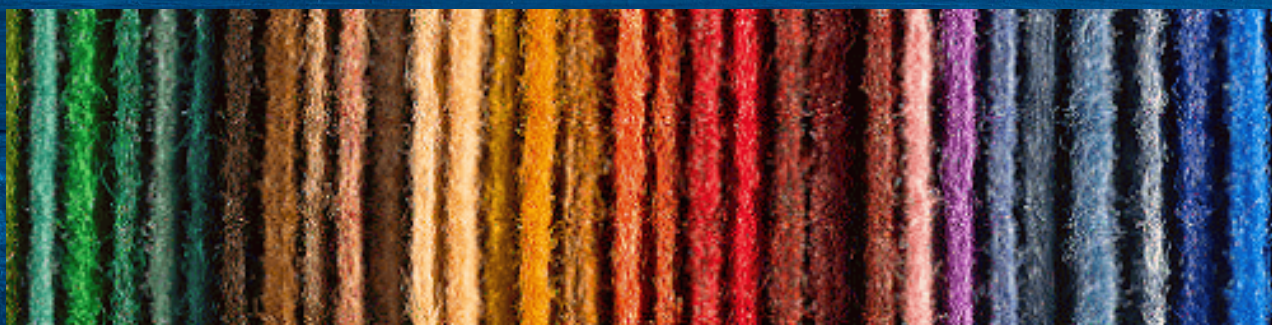


RELATÓRIO GESTÃO PARTICIPATIVA

*Propostas de
Metas Nacionais
da Justiça Eleitoral - 2020*



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará



Escritório de Processos Organizacionais
Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão
Diretoria-Geral

Apresentação

O presente relatório é resultado de ações realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará em razão do estabelecido na [Resolução CNJ nº 221/2016](#), que dispõe sobre a instituição de princípios da gestão participativa e democrática na elaboração nas Metas Nacionais do Poder Judiciário e das Políticas Judiciárias do CNJ, combinada com a [Portaria CNJ nº 59/2019](#), que regulamenta o funcionamento e estabelece procedimentos sobre a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário. Insta registrar que as ações realizadas têm, também, a intenção de pontuar no Prêmio CNJ de Qualidade – ano 2019, cujo Regulamento repousa na [Portaria CNJ nº 88/2019](#).

Inspirado na estratégia traçada na 1ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, o TRE-CE promoveu, nesta etapa de formulação das Metas, duas ações:

- Trâmite colaborativo em processo administrativo digital (PAD nº 9.999/2019) entre os integrantes do Comitê Estratégico que consultava sobre a manutenção das metas nacionais 1, 2 e 4, além de indagar acerca da inclusão de duas novas metas para o ano de 2020.
- Consulta pública interna entre magistrados e servidores aplicada através de questionário *on line*.

Trâmite Colaborativo

O Processo Administrativo Digital nº 9.999/2019, inaugurado pela Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão, abriu trâmite colaborativo para Presidência e Comitê Estratégico sobre a formulação das metas nacionais da Justiça Eleitoral para o ano de 2020, particularmente ao que segue:

1. Ratificação da manutenção das Metas Nacionais 1, 2 e 4¹ para o ano de 2020.
2. Aderência à proposta de meta nacional relacionada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS – Agenda 2030.
3. Pertinência de adesão à proposta de meta nacional de atenção à saúde de servidores que vise reduzir causas frequentes de absenteísmo.

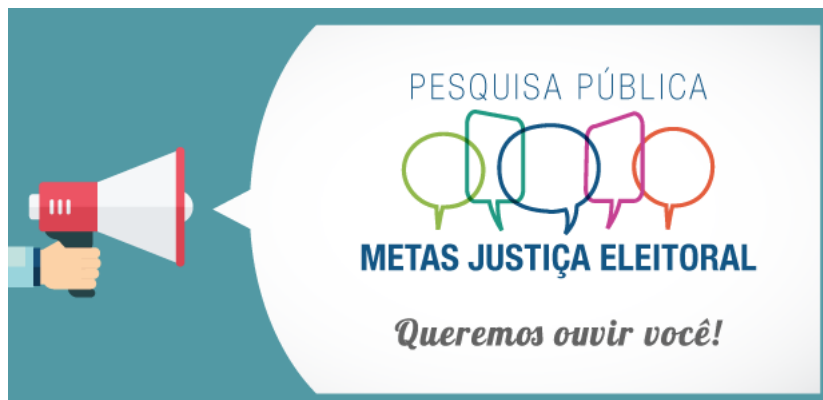
O Comitê Estratégico, formado pelo Diretor-Geral, assessor-chefe da Presidência, Secretários, coordenadora da Escola Judiciária Eleitoral e coordenadora de eleições acompanharam, uníssonos, o voto do Desembargador Presidente, qual seja: **ratificar a manutenção das Metas Nacionais 1, 2 e 4, além de manifestar intenção de aderência à proposta de metas relacionadas aos ODS e atenção à saúde dos servidores.**

¹ **Meta Nacional 1** – Julgar mais processos que os distribuídos.

Meta Nacional 2 – Julgar processos mais antigos.

Meta Nacional 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

Consulta Interna



A consulta pública dirigida a magistrados e servidores aconteceu entre 10 e 18 de junho de 2019 e teve a intenção de coletar sugestões de metas nacionais específicas para a Justiça Eleitoral. O método utilizado é algo equiparável à técnica de “tempestade de ideias”, que busca explorar a potencialidade criativa do público alvo, colocando-a a serviço do objetivo pré-determinado.

O processo foi pensado de forma a garantir a democratização na elaboração das sugestões de metas nacionais como caminho para uma gestão participativa. A consulta esteve disponível no seguinte endereço:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfyXKFejWRTdu7_mbr46CiQhEuQs6HksP0cU_n1qG_q1YlcGA/closedform.

Utilizou-se a ferramenta *Google Forms*, aplicativo gratuito de composição de formulários do *Google*, que permite coletar e armazenar informações. Seu acesso independe de conexão à *intranet* da instituição e possibilita resposta à consulta também em *smartphones*.

Para a construção coletiva da sugestão de metas a consulta abordou 4 (quatro) eixos temáticos inspirados nas diretrizes estratégicas da Justiça Eleitoral para o quadriênio 2017-2020, registradas na [Resolução TSE nº 23.543/2017](#):

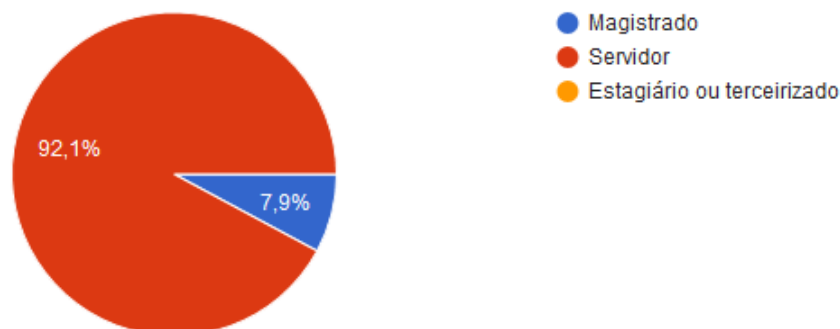
- Transparência e Comunicação;
- Aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade;
- Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços; e
- Fortalecer as políticas socioambientais.

PERFIL DOS RESPONDENTES

A consulta interna contou com 127 respostas sendo 117 servidores e 10 magistrados. Quanto à lotação, os respondentes se dividiram da seguinte forma: 84 oriundos de zonas eleitorais e 43 da sede do Tribunal.

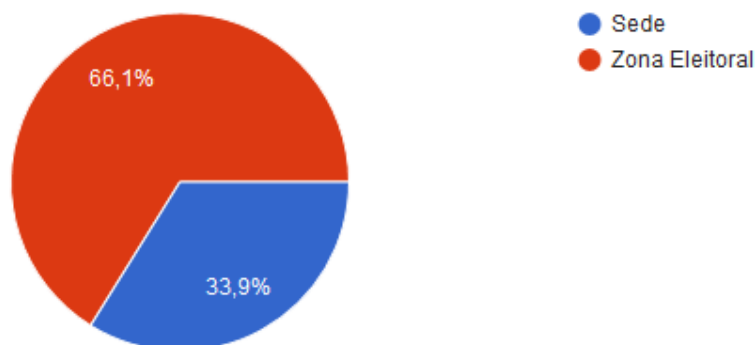
Qual seu vínculo com a Justiça Eleitoral?

127 respostas

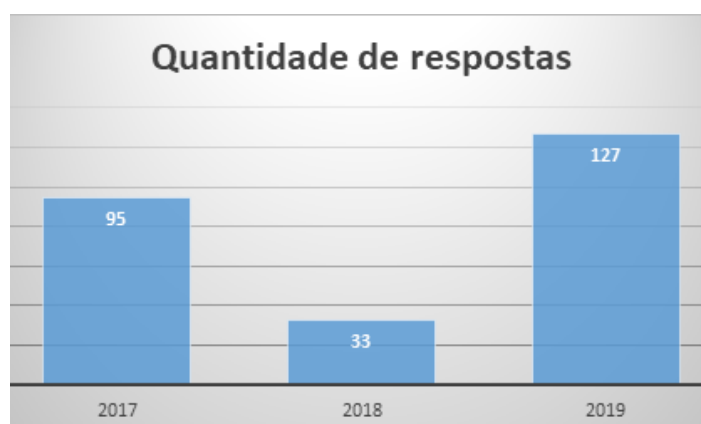


Qual seu local de trabalho?

127 respostas



Em relação ao total de respondentes, consideramos que a pesquisa foi exitosa, uma vez que, comparando com ações equivalentes realizadas no último biênio, foi a consulta com o maior número absoluto de respondentes. Os esforços de comunicação empreendidos pela ASPEG, SCR e ASCOM surtiram efeito, conforme demonstra o gráfico:



A seguir serão apresentadas as respostas dadas, em cada um dos eixos focais, sobre qual meta para 2020 o respondente sugere.

Transparência e Comunicação

Refere-se à transparência do processo eleitoral, abrangendo o processo informatizado, a prestação de contas e a fiscalização em todas as suas etapas. Destaca-se pela prática de ações com ampla publicidade e fácil acesso. Refere-se também ao fortalecimento da imagem da Justiça Eleitoral por meio de divulgações de informações com ênfase na transparência e segurança.

Frequência: 100 respostas

Sem sugestão
Realizar audiências públicas sobre a segurança da urna eletrônica para as eleições municipais de 2020
Concluir a biometria em todo país
Realizar audiência pública nos 10 maiores municípios do interior do estado para esclarecer acerca da segurança do processo eleitoral.
Disponibilizar os códigos-fonte da Urna Eletrônica para instituições de ensino que queiram verificar sua integridade. Outros países que queiram adotar o sistema brasileiro, a JE poderia dar assessoria a esses países ou organismos para facilitar sua implantação, essa ação deveria volta-se, especialmente, os países da América Latina, Caribe e África. As UE antigas poderiam ser doadas a esses países interessados, ao invés de reciclá-las aqui.
Criar um serviço de whatsapp da JE
ELABORAÇÃO DE MATERIAL QUE DEMONSTRE À POPULAÇÃO EM GERAL, NUMA LINGUAGEM FÁCIL, OS MECANISMOS DE SEGURANÇA DA URNA ELETRÔNICA
Maior publicidade acerca dos resultados das fiscalizações
Divulgar o funcionamento das Urnas Eletrônicas por meio de palestras e conferências na capital e cidades com mais de 100 mil habitantes, dando ampla divulgação nos meios de comunicação.
Audiências públicas sobre a segurança da urna eletrônica
Implantar a transmissão online das sessões de julgamento do Tribunal.
Dar publicidade sobre casos de irregularidades eleitorais.
Aprimorar os mecanismos de prestação de contas de candidatos e partidos.
Apresentar destaque no site do TRE sobre a segurança da urna eletrônica.
Ampla divulgação das audiências de carga e lacre das urnas eletrônicas para as eleições de 2020.
Publicar as propostas dos candidatos no site no TRE junto aos dados de registro de candidatura.
Que notícias da Justiça Eleitoral sejam divulgadas em redes sociais e programas de rádio para que toda população tenha acesso a informação.
Campanha de mídia pela valorização do Mesário no ano eleitoral
Alcance de toda a população por meio da utilização de mídias sociais
Maior divulgação de todo o calendário eleitoral, a fim de que o eleitor tenha noção de todo o processo eleitoral, podendo acompanhar em tempo real todas as suas fases. Poderia criar um aplicativo para esse fim
Verificar a possibilidade de a notificação/intimação dos partidos/candidatos nas suas prestações de contas ocorrer por meio de TJE/"Mural Eletrônico", ainda que não haja nomeação de Advogado nos autos
Campanha de divulgação da segurança da UE com participação dos partidos políticos e candidatos eleitos.
Aumento da publicidade e marketing DAS ATIVIDADES dos órgãos e facilidade nos manuseios das mídias
Com certeza deve ter mais transparência e comunicação para facilita o trabalho do servidor e das partes.
Acesso aos eleitores, por meio de uma plataforma disponibilizada no site do TRE, por exemplo, para que eles possam ter acesso ao seu registro eleitoral sem ser preciso se deslocar até o cartório eleitoral para tal.
Uniformização e divulgação de comunicados orientando quanto às prestações de contas; Delimitação na atuação de fiscalização de propaganda eleitoral e fornecimento de meios para preservar a atuação do servidor (sem desvio de finalidade e de função)
Implantação do processo eletrônico.
Aumentar a quantidade de publicações esclarecedoras no Instagram.
Não tenho sugestões.
Uniformização de alguns procedimentos cartorários.
Publicação em órgão de imprensa de grande visibilidade dos dados mais relevantes da Justiça Eleitoral, a exemplo de: Processos julgados, penas criminais aplicadas, cassações, contas julgadas com a estatística das decisões, ações de educação política e educação e outras informações relevantes. Entrevistas com presidente do TSE e dos TREs.
Comunicar usando todos os meios possíveis seja tv, seja site, seja app, resultado efetivo das ações que resultem em penalizações de comprovados crimes eleitorais.

Estando mais ativo nas redes sociais e apresentando um mural menos formal na qual espelhe as principais publicações do DJE.
As metas seriam além da comunicação e transparência, uma maior proximidade com a Sociedade através de campanha de divulgação da importância das eleições de 2020.
Transparência com relação a quantitativo de processos que chegam e que são julgados
Transparência no processo de nomeação para funções e cargos comissionados, de preferência com processo seletivo onde todos terão oportunidades de participação
Todos os servidores, incluindo magistrados, devem participar de um amplo treinamento de uso dos sistemas.
Quando do registro de candidatura alertar com ênfase a obrigatoriedade da prestação de contas.
Nenhuma
Manter um canal de comunicação sempre atualizado com a sociedade
Não tenho nada a sugerir. Acredito que vivemos a era da própria informação e da transparência. O TRE, por meio de seus canais de comunicação, redes sociais e internet atinge a sociedade com as informações que ela necessita. Infelizmente, nossa sociedade é que não é educada para fiscalizar e cobrar transparência nas informações de interesse coletivo. Creio que o TRE está cumprindo direitinho com o seu papel nesse quesito.
Mais divulgação acerca da segurança do uso da urna eletrônica para combater as "fake news" que envolvem o equipamento.
Padronização dos procedimentos relativos aos processos de prestação de contas.
Maior envolvimento nas redes sociais.
Manter a sociedade sempre informada dos acontecimentos por meios diversos...canais de comunicação, youtuber, etc.
Elevar o número de servidores para a fiscalização.
Levar ao conhecimento das comunidades mais distante as ações elaboradas pela Justiça Eleitoral.
Divulgação do catálogo de serviços executados pela justiça eleitoral, por cada um dos meios (internet, pessoal, email, etc.) , quais os requisitos e quais os procedimentos verificando a sua otimização para cada um dos públicos (população em geral, eleitores, advogados, partidos, etc).
Criar cursos por aplicativos de celulares ou EAD abertos ao cidadão interessado em acompanhar/fiscalizar o processo eleitoral em todas as suas etapas.
Publicizar mais as atividades da Justiça Eleitoral com uso de aplicativos
Possuir página na internet destinada à esclarecer a população sobre as "fake news" no período eleitoral.
Tornar a divulgação das informações mais rápida e efetiva
Possibilidade de geração de estatísticas diretamente no PJe (como na Justiça Comum Estadual) e emissão de certidões de distribuição pelo site do TRE.
Divulgar através das diversas mídias todo o processo de preparação das urnas eletrônicas, bem como treinar os servidores para terem ciência por completo de de todo o processo de preparação, incentivando a participação nas sedes de suas lotações de reunião voltadas para o tema (Audiências Públicas).
Esclarecimento. Tudo é feito com muito pouco esclarecimento. Mas tem o EAD.
Identificação digital na operacionalização de sistemas/expedientes e atos
Ampliar os meios de divulgação das ações da Justiça Eleitoral para a sociedade
Disponibilizar na internet, de forma padronizada, os resultados das eleições oficiais desde 1930 (de acordo com os arquivos disponíveis em meio digital)
Intensificar o diálogo com a sociedade através das mídias
Trabalhar a comunicação disponibilizando o maior volume de informações pertinentes e elaborando relatórios de fácil entendimento para o público.
Garantir ao público o direito de acesso à informação em conformidade com os princípios da administração pública e legislação vigente.
Divulgar os resultados das ações de fiscalização adotadas pela Justiça Eleitoral durante o processo eleitoral em local de fácil acesso na internet.
Estudar possibilidade de dar publicidade, através de outros meios, principalmente nas menores cidades.
Na comunicação, regulamentar o uso de aplicativos de mensagem instantânea.
Maior publicidade dos atos judiciais.
Reuniões antecipadas com setores envolvidos no processo a ser realizado.
MELHORAR OS MEIOS DE PUBLICAÇÃO E COMUNICAÇÃO DOS DESPACHO E DECISÕES DESTA JUSTIÇA ESPECIALIZADA
Excelente
Adotar as melhores práticas de comunicação, dando voz ao público, buscando atendê-los de forma alinhada às suas expectativas e mostrar a eles que podem, sim, se comunicar com a Justiça Eleitoral.
Tornar a consulta mais fácil, com filtros que não limitem a pesquisa.
Comunicação eletrônica entre partidos e Justiça Eleitoral, para acabar com papéis e desperdício de material
Otimizar os processos de transparência e comunicação com os jurisdicionados.

Que o processo de informatização seja intensificado sim, bem como uniformizado a fim de que não tenhamos vários sistemas em cada TRE tratando do mesmo assunto, possibilitando uma melhor comunicação e transparência.
Divulgação das contas analisadas e julgadas
Tornar mais claro, para os eleitores, o funcionamento do processo eleitoral, como, por exemplo, a carga das urnas.
Implementação e treinamento amplo a 100% dos servidores para utilização dos sistemas que conferem publicidade aos atos da Justiça eleitoral. Incremento da divulgação do processo eleitoral em 20% na grande mídia e nas redes sociais referente ao trabalho da Justiça Eleitoral e da utilização da urna eletrônica para dar mais transparência e aproximar o público da JE, além de já se precaver contra eventuais fake news.
Comunicação através das redes sociais em todas as atividades da Justiça eleitoral, em tempo real. Assim como fazer campanhas de conscientização quanto a importância do voto, filiação partidária e candidatura no movimento indígena, negro, idoso, jovens de 16 a 18 anos, mulheres, pessoas com deficiência e LGBTs. Quanto aos universitários, incentivar a sua participação emitindo certificado de treinamento de mesário junto à Justiça Eleitoral, enriquecendo assim, seu currículo profissional.
Disponibilizar um servidor nos Cartórios Eleitorais para prestar informações de forma clara e de fácil compreensão junto aos eleitores.
Maior divulgação da atividade da Justiça Eleitoral nos meios de comunicação.
Investir em esclarecimentos à população sobre o processo eleitoral, não simplesmente esperando passivamente as fakes para poder defender-se.
Aprimorar a informatização de dados e divulgar nas redes sociais as ações praticadas pela Justiça Eleitoral, visando o pleno conhecimento e acompanhamento em tempo real da sociedade, sobre a efetividade das ações desenvolvidas pelo TRE/CE. Incentivar a participação da sociedade nos trabalhos de mesários voluntários, emitindo certificados que poderão enriquecer seu currículo profissional, sendo os mesmos aceitos como diferencial em empregos ou concursos públicos.
Disponibilizar um aplicativo para smartphones que permita consulta amigável ao usuário de dados de processos de registro de candidaturas, prestação de contas e política de gestão ambiental dos tribunais eleitorais.
Aprimorar a transparência e produtividade da prestação jurisdicional.
Poderia haver maior transparência (explicitação) ao cidadão sobre como a Justiça Eleitoral aplica os recursos financeiros, notadamente, sobre como ela prioriza os gastos. De que concerne à comunicação nada tenho a sugerir.
Disponibilizar informações do cadastro do eleitor por meio de aplicativos: ios e android. com reconhecimento biométrico digital e/ou facial.
Afinar melhor a prática com o discurso
Divulgar informações claras e corretas acerca das principais demandas do cidadão em ano eleitoral, com vistas a diminuir o ruído entre a "informação das ruas" e a informação oficial.
Dotar todas as zonas eleitorais de locais públicos onde o eleitor possa consultar o resultado da eleição gratuitamente, parcial e final. Ex.: quiosques ou totens em praças, com ponto de acesso à internet, com software específico para esse fim.
Buscar esclarecer à sociedade quais atividades desenvolvemos em anos não eleitorais
Elaborar e executar um abrangente plano de comunicação, com destaque para as mídias sociais, que envolva todas as assessorias de Comunicação da Justiça Eleitoral e a assessoria de Planejamento Estratégico para reforçar a transparência e a segurança do sistema de votação eletrônico, combater a desinformação e consolidar a credibilidade desta justiça especializada.
Que tenhamos outros meios de comunicação. Ex: whatsapp.
Informar a sociedade, através dos meios de comunicação, mensalmente, sobre a necessidade de realizar o recadastramento biométrico.
No site poderia ter elencado os serviços disponibilizados pelo TRE/CE de forma fácil acesso, por exemplo uma aba serviços. Quanto aos processos ter uma planilha informando o acervo processual.
Que o TRE/CE divulgue nos meios de comunicação ou no site as atividades que são desenvolvidas pela Justiça Eleitoral, esclarecendo que a justiça eleitoral é atuante em todos as épocas do ano, não somente nas eleições.
Estimular a participação de universitários e servidores públicos como voluntários para os trabalhos eleitorais enriquecendo o currículo destes como um diferencial em empregos e concursos públicos. Divulgar e orientar nas redes sociais as ações praticadas pela Justiça Eleitoral, facilitando o acesso aos eleitores como retirada de certidão, justificativa, etc.
Aprimoramento da informatização de dados e divulgação nas redes sociais das ações praticadas pela justiça eleitoral, visando o pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade. Divulgar nos meios de comunicação ou no site as atividades que são desenvolvidas pela Justiça Eleitoral, esclarecendo que a justiça eleitoral é atuante em todos as épocas do ano, não somente nas eleições.
Aprimorar a informatização de dados e divulgar nas redes sociais as ações praticadas pela justiça eleitoral, visando o pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, gerando dados concretos para o cidadão para a efetivação de seus direitos.
Promover ações de capacitação de servidores com relação às fake news, sobretudo aqueles designados para o trabalho de fiscalização de propaganda eleitoral.

Divulgar no sítio da internet a relação nominal de pagamentos realizados em virtude da prestação de serviço extraordinário.

Aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade

Refere-se à promoção de ações para conscientizar a comunidade sobre a importância e o compromisso da Justiça Eleitoral perante a sociedade.

Frequência: 98 respostas.

Realizar campanhas de educação política da sociedade.

A justiça eleitoral participar mais de campanhas para demonstrar a importância do voto consciente

Realizar 10% mais eleições da comunidade com uso de urnas eletrônicas em relação ao 2018.

Palestras, eventos, cursos EAD voltados a sociedade em geral, e não só voltados a magistrados e servidores, para difundir o Direito Eleitoral.

Produção de peças publicitárias informando sobre a segurança das urnas eletrônicas

IMPLANTAÇÃO DE PROJETO ITINERANTE QUE PERCORRERÁ BAIRROS, SÍTIOS, DISTRITOS PARA CONSCIENTIZAR A SOCIEDADE SOBRE OS PAPÉIS DE PARLAMENTARES, CHEFES DO PODER EXECUTIVO, MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO, A FIM DE QUE HAJA UMA MAIOR COMPREENSÃO DAS NOSSAS ESTRUTURAS DE PODER.

Promover campanha de esclarecimento do papel da Justiça Eleitoral nas redes sociais

Dar publicidade às audiências de carga e lacre das urnas, em especial ao VPP

Fortalecimento das unidades de comunicação e da Escola Judiciária Eleitoral para fomentar o diálogo com a sociedade.

Maior envolvimento da JE com a educação política.

Descentralização do atendimento na capital e aumento do número de zonas eleitorais no interior.

Intensificar ações nas mídias sociais.

Realizar palestras educativas em escolas e universidades sobre a importância do voto e da democracia.

Criar uma seção da FATO ou FAKE no site da Justiça Eleitoral

Que sejam feitas palestras acerca da cidadania e do exercício do voto em comunidades e escolas.

Divulgar a segurança da urna eletrônica

Utilizar locais públicos na periferia e região metropolitana para atendimento das demandas eleitorais. Ir assim até o eleitor, valorizando sua participação como cidadão

Como uma das principais dúvidas da sociedade foi com relação às urnas eletrônicas, poderia fazer convites a vários setores da sociedade para acompanhar de perto a carga das urnas eletrônicas, assim como a transmissão de dados, geração de mídias; bem como proferir palestras didáticas para informar o cidadão a respeito do tema.

Campanha desvinculando a JE dos partidos políticos e candidatos, com foco nas demandas da sociedade

Aumentar a aproximação com as universidades e colégios bem como de atividades acadêmicas para fora do órgão também

Mais divulgação das atividades da Justiça Eleitoral para a sociedade ficar sabendo e vendo a transparência dos trabalhos da justiça.

Intensificar o desenvolvimento de campanhas educativas e informativas através da internet.

Ampliação do uso das redes sociais e fornecimento de WhatsApp a nível de Estado para questionamentos/dúvidas da população em geral

Atuação da Escola Judiciária junto à sociedade.

Aumentar a quantidade de palestras educativas nas escolas.

Não tenho sugestões.

Estimular ações do Programa Eleitor do Futuro no interior do Estado do Ceará, disseminando a educação política entre os adolescentes de 16 a 17 anos para que compreendam o real significado da cidadania e do poder do seu voto (voto consciente).

Institucionalizar palestras, audiências e reuniões, por polos regionais, com participação dos gestores dos TREs com a sociedade civil e suas entidades representativas para apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela Justiça Eleitoral.

Criar cursos gratuitos em plataformas populares como play store de matérias relacionadas à Justiça Eleitoral colaborando tanto para aprendizado na forma EAD como para divulgar as ações da Justiça Eleitoral em anos eleitorais e não eleitorais.

Como a resposta anterior, atividades frequentes nas redes sociais, conscientizando a sociedade e informando as principais atividades que estão sendo exercidas pela Justiça Eleitoral, seja localmente ou em âmbito nacional.

Criação de canal por meio do qual haja informação acerca dos julgados da Justiça Eleitoral.

Promoção de Palestras e Seminários em instituições de ensino como escolas e universidades acerca de temas como Cidadania, Importância do Voto, Corrupção, dentre outros temas na área eleitoral

<p>Maior divulgação da segurança da urna eletrônica para evitar notícias de vícios de resultado das eleições.</p> <p>Diligenciar no sentido de elaboração de normas que vinculem os candidatos às suas propostas, fiscalizando o fiel cumprimento destas junto à sociedade.</p> <p>Nenhuma</p> <p>Promover, não somente em anos eleitorais, a divulgação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.</p> <p>O TRE já trabalha campanhas como Acessibilidade, Educação Política e Alistamento Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas para eleições diversas de interesse social, etc. Sugiro, no entanto, uma maior divulgação dessas ações e que outras sejam realizadas, como palestras nas comunidades locais acerca de direitos e deveres do eleitor, uma espécie de estudo do código eleitoral voltado ao público. Ganhamos uma enorme visibilidade no período eleitoral e no final de alistamento. Entre esses períodos ações pontuais junto à comunidade local seriam bem-vindas. Ex.: Os eleitores não sabem que é possível a emissão de certidão de quitação eleitoral por prazo indeterminado, quem tem direito a folga no trabalho sem prejuízo do salário e vencimentos para fazer o alistamento eleitoral, etc. Ações junto à Câmara de Vereadores, Sindicatos Rurais, Instituições de Ensino, poderiam aproximar ainda mais a Justiça Eleitoral da Sociedade, contribuindo cada vez mais para a consciência política e ações de cidadania.</p> <p>Utilização maior das redes sociais, a fim de atingir um público mais abrangente.</p> <p>Mais destaque nas mídias sociais.</p> <p>Realização de uma campanha que vincule a seriedade da Justiça eleitoral com a sociedade.</p> <p>Efetivação Anual do Programa Eleitor do Futuro.</p> <p>Realização de eventos (palestras, fóruns etc) com a participação das comunidades abrangidas por cada ZE.</p> <p>Integrar as redes sociais (facebook, twitter, etc) com os meios de atendimento atual, inclusive com a ouvidoria</p> <p>Colher propostas diretamente da sociedade no que diz respeito ao aperfeiçoamento de suas atividades e dos instrumentos que utiliza</p> <p>Tornar a Justiça Eleitoral mais próxima do eleitor com visitas periódicas aos bairros</p> <p>Ampliar a educação política de jovens e adolescentes por meio eventos e palestras</p> <p>Desburocratização de procedimentos cartorários</p> <p>Unidade móvel com agenda programada, divulgada na mídia com antecedência, para fornecimento de serviços nos bairros mais periféricos.</p> <p>Dar a estes temas o status que merecem com mais capacitação interna.</p> <p>Palestras mensais, com temas sugeridos por representantes de cada comunidade</p> <p>Tornar mais transparente as ações da Justiça Eleitoral por meio de palestra nas escolas e universidades</p> <p>Ampliar o serviço de empréstimo de urnas eletrônicas</p> <p>Promoção de reuniões públicas afim de informar a amplitude do serviço exercido pela justiça eleitoral</p> <p>Promover condições para que as pessoas acessem as informações do TRE com maior facilidade e agilidade.</p> <p>Realizar audiências públicas para tratar de temas relativos ao Processo eleitoral.</p> <p>Divulgar, principalmente nas redes sociais, as ações realizadas no âmbito da Justiça Eleitoral e que são desconhecidas da população em geral, que, em regra, associa esta Justiça Especializada à realização das eleições oficiais apenas.</p> <p>Possibilidade de criação de postos de atendimento em todos os municípios, com cooperação logística e de pessoal dos mesmos, coordenados e fiscalizados pela Zona Eleitoral vinculada.</p> <p>Firmar parcerias com as prefeituras e associações de moradores.</p> <p>Na minha opinião é muito importante que a sociedade acredite em seus órgãos da justiça, uma vez que estes são os responsáveis pela segurança do cumprimento dos direitos e deveres dos cidadãos. Particularmente em relação à Justiça Eleitoral, ações que visem ao aumento da credibilidade dos processos desta justiça especializada devem ser sempre implementadas, como a transparência em seus diversos processos (cadastro eleitoral, registro de candidatura, propaganda eleitoral, prestação de contas etc.), bem como esclarecimentos, no nível de entendimento do cidadão comum, da operacionalidade dos sistemas eleitorais, em especial da urna eletrônica. Igualmente importante é a contribuição da Justiça Eleitoral para a educação política da sociedade, que faz parte inclusive de sua missão como instituição, uma vez que não adianta a excelência da qualidade nos processos eleitorais sem a conscientização do cidadão de que, num regime democrático, ele é o responsável pela boa ou má utilização desse sistema. Por isso, na minha opinião, é necessária a participação da Justiça Eleitoral na educação política de toda a sociedade. Neste aspecto, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) vem desempenhando um importante trabalho junto aos jovens de 16 a 17 anos (cujo voto é facultativo), através do projeto Eleitor do Futuro, mas que deve também, a meu ver, ser estendido aos eleitores acima de 18 anos, com conscientização da importância da escolha correta de seu candidato, ou seja, daquele que, no crivo do eleitor, apresente qualidades que o tornem merecedor do voto pela sua capacidade de contribuir para o bem estar geral da sociedade, além da importância do engajamento a partido político, no papel de protagonista das mudanças sociais, sendo que, neste último aspecto, penso ser indispensável uma ação mais rigorosa da Justiça Eleitoral em relação à criação de novas agremiações partidárias ou exclusão daquelas que se inserem no contexto político nacional com propósitos de incrementar direitos individuais e não “fundamentais da pessoa humana” (Art. 17 da CF/1988).</p> <p>Realização de eventos como palestras, cursos, mesas redondas etc. gratuitos para a sociedade.</p> <p>Campanhas de conscientização.</p> <p>Ampla divulgação das atividades da Justiça Eleitoral.</p> <p>PROPOR VISITAS DA JUSTIÇA ELEITORAL AS ESCOLAS E AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS</p>

Propagandas em TV.
Discriminar os principais problemas que se tem enfrentado para buscar o judiciário, junto com políticas de ensino e incentivos jurídicos para a população carente, para os jovens eleitores e àqueles que tem a faculdade de voto, a fim de compreenderem a relevância de sua atuação na tomada de decisões do País.
Mais ações sociais, convênios com outros órgãos manutenção dos postos de atendimento em vários locais nas grandes cidades.
Valorização do servidor requisitado com mais de 20 anos de serviço, evitando a descontinuidade do serviço de qualidade prestado
Criar estratégias que visem a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade.
A aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade só ocorrerá à medida que houver maior participação e engajamento dos juizes eleitorais nesse processo. Isso poderá ser realizado por meio de audiências públicas ou mesmo promoção de reunião onde haja o incentivo a participação dos atores diretamente envolvidos, como partidos políticos, políticos, advogados e também os representantes dos membros do MP.
Maior divulgação das ações da Justiça Eleitoral para um maior conhecimento da sociedade
Desenvolvimento de campanhas parecidas com o Eleitor do Futuro com palestras de conscientização dos direitos e deveres das pessoas.
Ampliar a quantidade de postos de atendimento nos municípios cujas zonas eleitorais foram extintas em virtude do rezoneamento do ano de 2017.
Ressalto que deve haver divulgação focada no processo eleitoral com aumento de 20% sobre o que já é feito na grande mídia e nas redes sociais referente ao trabalho da Justiça Eleitoral e da utilização da urna eletrônica para dar mais transparência e aproximar o público da JE, além de já se precaver contra eventuais fake news.
Proporcionar oficinas demonstrando o papel da participação do cidadão nas eleições dos governantes no Brasil. Inserir vídeos promocionais que tenha abrangência social com a contribuição da TV justiça nas redes sociais sensibilizando a participação do cidadão nas escolhas dos mandatários.
Manter caixinhas de sugestões em local visível e de fácil acesso nos Cartórios Eleitorais.
Realização de palestras em escolas divulgando a importância da democracia e do poder do voto.
Realizar eleições fictícias, trazendo algum tema que esteja em discussão na sociedade (p. ex.: algo que aconteceu em novela, que causou comoção/ envolvimento nacional) divulgando o quão seguro é o processo eleitoral.
propagandas na internet
Difundir vídeos de abrangência social, com o objetivo de sensibilizar a participação do cidadão na vida política de seu país, estado e município.
Capacitar os servidores a realizarem eventos públicos (como audiências públicas e iniciativas de formação política em escolas ou organizações sociais) com mais segurança e qualidade. Em que pese a alta qualificação dos servidores da justiça eleitoral ainda é possível observar uma carência na hora de realizar apresentações e fazer palestras que envolvam o público. Uma boa capacitação em oratória pode ajudar muito.
Aprimorar as ações de educação política.
Instalação de Cartórios Eleitorais ou, de pelo menos, Postos de Atendimentos em todos os municípios brasileiros. Dessa forma a Justiça Eleitoral estaria mais próxima para ouvir e atender as demandas da sociedade.
Como o banco de dados tem informações atualizadas de endereços, poderá desenvolver consulta de pessoas desaparecidas, por meio do devido processo administrativo.
A justiça eleitoral deve-se voltar mais para educação política da sociedade
Fomentar a aproximação da base da Justiça Eleitoral - Magistrados de primeira instância - com a população.
Criar, nas zonas eleitorais, um dia de cada mês para que o Juiz Eleitoral atenda o eleitor de uma forma geral, seja para tirar dúvidas sobre o andamento do processo eleitoral ou para cobrar o andamento de processos eleitorais, judiciais e ou administrativos.
Aumentar benefícios para mesários voluntários (ex. isenção em concursos...)
Promover encontros, palestras, rodas de conversas nas instituições públicas e privadas acerca da lisura do processo eleitoral, da sua segurança, transparência e confiabilidade. Esses eventos devem ser realizados também nas dependências da própria Justiça Eleitoral contando também com visitas guiadas pelas unidades envolvidas no processo eleitoral, sobretudo aqueles ligados diretamente ao sistema eletrônico de votação.
Divulgar após cada eleição (DE MANEIRA EFICAZ), ocorrências como tentativas de "transferências de títulos" fraudulentas barradas, informando as consequências para o eleitor, como comparecimento à Polícia Federal, processos com suspensão condicional (acordo com o MPE), etc. Para que as pessoas saibam que os ilícitos "dão alguma coisa".
Que tenhamos mais meios de comunicação.
Que 70% dos atendentes ao público passem por capacitação de atendimento ao público.
Que os cartórios possam passar por mais formações e atualizações dos sistemas trabalhados nos cartórios.
Trabalho de educação eleitoral não somente para angariar o primeiro título eleitoral, mas também nas universidades para informar a importância do voto.
Divulgar de forma mais efetiva a coleta de títulos nas escolas e a participação de mesários voluntários.

Divulgar de forma mais efetiva a coleta de títulos nas escolas e a participação de mesários voluntários, com o objetivo de integrar os jovens na vida política do País. Estimular o acesso no site da Justiça Eleitoral para que o cidadão possa interagir esclarecendo dúvidas, fazendo solicitações, garantindo seus direitos e atingindo o objetivo pretendido.
Facilidade na navegação no site da Justiça Eleitoral para que o cidadão possa interagir esclarecendo dúvidas, fazendo solicitações, garantindo seus direitos e atingindo o objetivo pretendido. Divulgar de forma mais efetiva a coleta de títulos nas escolas e a participação de mesários voluntários. Estimular o acesso no site da Justiça Eleitoral para que o cidadão possa interagir esclarecendo dúvidas, fazendo solicitações, garantindo seus direitos e atingindo o objetivo pretendido.
Estimular o acesso no site da Justiça Eleitoral para que o cidadão possa interagir esclarecendo dúvidas, fazendo solicitações, garantindo seus direitos e atingindo o objetivo pretendido. Divulgar de forma mais efetiva a coleta de títulos nas escolas e a participação de mesários voluntários com o objetivo de integrar os jovens na vida política do País.
Reduzir o custo do voto (R\$/eleitor) em 20% em relação a 2018.

Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços

Refere-se à disseminação de práticas, metodologias e ideias que estimulem a melhoria de processos, serviços ou produtos já existentes ou criação de novos, com o objetivo de atender efetivamente a sociedade com celeridade, qualidade e transparência.

Frequência: 92 respostas

Sem resposta
Nenhuma
Criar um fato ou fake da Justiça Eleitoral
Implementar o PJE nas Zonas eleitorais
Desenvolver aplicação para permitir a transferência de local de votação dentro do mesmo município via internet. Esta facilidade possibilitaria aproximar o local de votação do eleitor de sua residência sem que este precisasse se deslocar até um ponto de atendimento da Justiça Eleitoral. Não haveria impacto em termos de comprovação de domicílio, pois só valeria para mudanças no mesmo município.
Implementar um aplicativo para smartphone, disponibilizando para União, Estados e municípios e demais interessados, para uso em plebiscitos, referendos, consultas, etc. visando a maior participação da população nas políticas públicas desses entes.
Aprimorar os leitores de QR code dos BUS
IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE SELEÇÕES INTERNAS PARA OCUPAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA, COM A AFERIÇÃO, POR MEIO DE CRITÉRIOS OBJETIVOS E IMPARCIAIS, DA CAPACIDADE DOS OCUPANTES DESSES CARGOS E FUNÇÕES, O QUE, SEM DÚVIDA NENHUMA, REFLETE SOBRE A MELHORIA DE PROCESSOS E SERVIÇOS.
Reduzir os serviços que necessitam da presença física do eleitor
Criação de zonas especializadas
Criar um laboratório de inovação institucional
Instalar um Laboratório de Inovação, a exemplo de outros órgãos do Judiciário, semelhante à proposta do CNJ encaminhada ao Congresso Nacional na forma do Projeto de Lei nº 11.215/2018, que visa à instituição do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - LIODS.
Implementar vantagens aos mesários, como a isenção de taxa em concurso público.
Fomento ao desenvolvimento do corpo funcional, uma vez que há o cenário de restrição dos concursos.
Desenvolver a gestão por competências no tribunal
Criar nas Escolas Judiciária Eleitoral um núcleo de ciência política.
Ocupar as funções e cargos comissionados com base em concurso interno e na gestão por competências.
Maior disponibilidade de acesso aos serviços da Justiça Eleitoral, como Justiça itinerante fornecendo o alistamento in loco nas comunidades mais distantes tanto na zona urbana como rural do interior do Brasil.
Fazer concurso público para novos servidores
Automação e gerenciamento digital das informações coletadas e armazenadas
Melhorar o acesso ao e-título, que na eleição de 2018 apresentou problemas no acesso. Tentativa de convocação dos auxiliares de eleição e mesários através de e-mail
Viabilizar o pagamento de multas eleitorais pela internet e lotéricas
Transparência e publicidade
Acho que deve ter mais preparação para os servidores para melhorar o atendimento a sociedade.

Fornecer mais capacitação aos servidores, especialmente os lotados nas zonas do interior; Incentivar a participação e mobilização do magistrado nas demandas eleitorais,
Unificação de sistemas.
Regulamentar e melhorar as ferramentas de processamento e de comunicação eletrônicas, tais como PJE, comunicação via e-mail, whatsapp e instagram.
Maior divulgação dos canais alternativos de prestação de serviços, em especial os aplicativos para celular.
Capacitar os servidores, principalmente os que trabalham nas zonas eleitorais do interior, para que eles continuem atendendo aos eleitores com urbanidade, segurança jurídica e transparência.
Incentivar premiações em cada TRE sobre a adoção de boas práticas como fez o TRE do Ceará no ano de 2018
Criar canal próprio dos tribunais e/ou cartório eleitorais nas plataformas digitais para fornecer informações para o público.
Muitos sistemas deveriam se comunicar, como por exemplo, o SICO já poderia puxar do SGIP ou mesmo do SPCA os partidos que devem prestar conta no ano anterior (assim como fazem com as pc de eleições). A alimentação de vários sistemas deveria ser unificada quando se tratar do mesmo objeto, espelhando a inserção de 1 dado em um sistema para outros, como por exemplo, sadp, spca, sico.
A Justiça Eleitoral deverá se capacitar mais ainda para combater as denominadas fake news. Um problema vital para o bom andamento das eleições.
Algo que tenha relação direta com gestão de riscos.
Possibilitar a impressão e pagamento de multa eleitoral através da internet
Investir na divulgação pelas redes sociais, jornalísticas, televisivas, dentre outros.
Manter um canal de diálogo sempre aberto com a sociedade para que se possa entender e atender suas demandas.
Sugiro que os servidores passem por algumas capacitações, como por exemplo, a linguagem de sinais. Recordo-me de me inscrever em um curso desse tipo, ofertado pelo TRE, e que nunca aconteceu! Precisamos também, com urgência, de um Manual de Práticas Cartorárias atualizado! Por fim, acho bastante contraditório o TRE querer sugestões "...com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços" e não consulta a sociedade nem os servidores antes de fazer um rezoneamento absurdo como o último que foi realizado! Eleitores que precisariam se deslocar 7 a 12 km para serem atendidos no Cartório Eleitoral, agora precisam se deslocar 30 a 40km para fazer um alistamento eleitoral, requerer uma 2ª via de título, dentre outros serviços!! Zonas Eleitorais antes com 2 municípios, agora tem 4! Um tanto complicado prestar um serviço célere e de qualidade. Sugestão de melhoria: Aproximem os Cartórios Eleitorais e os serviços da Justiça Eleitoral aos seus usuários!
Informatizar, cada vez mais, os meios de contato entre a sociedade e a Justiça Eleitoral, estreitando este diálogo.
Desenvolver sistemas informatizados acessíveis à população e manter os servidores requisitados pela Justiça Eleitoral nas zonas eleitorais por um período maior que o previsto em Lei, haja vista que mais de 70% das requisições irão expirar em 05/07/2021 no TRE/CE, acarretando um prejuízo enorme à Justiça eleitoral, pois a requisição de outros servidores importará num aprendizado que sobrecarregará o chefe de cartório da zona eleitoral.
Treinamento do PJE e de sistemas que sofrem alterações.
Estabelecer serviços padronizados para todas as ZE's
Atingir alto percentual de atendimento do público cliente sem necessidade de presença física
Criar concurso ou prêmio para grupos ou pessoas que contribuírem de forma objetiva com a inovação na seara na Justiça Eleitoral.
Procurar automatizar a maioria dos processos que envolvem a participação física do eleitor
Implantar o teletrabalho nos TREs
Imersão dos gestores da sede nos cartórios eleitorais do interior
Abertura de concurso público para novos servidores e capacitação periódica dos atuais.
Tornar a Justiça Eleitoral incentivadora e organizadora da integração dos sistemas de identificação do cidadão, sendo inclusive um início de um enxugamento do máquina pública, podendo, no seu devido tempo, ter máquinas de auto atendimento do cidadão após o seu primeiro cadastramento. Essa vanguarda irá fortalecer a atuação da Justiça Eleitoral, indo de encontro a possíveis planos de diminuição de sua importância ou a sua completa desativação.
Trabalhar mais projetos de atuação em redes sociais. Capacitar o pessoal em atuação em redes sociais.
Utilizar o recurso de whats Upp como forma de comunicação com a sociedade
Viabilizar, por meio de parcerias, a reativação de espaços públicos em comunidades de difícil acesso com vistas à instalação de locais de votação e usufruto do espaço pela comunidade
Acolher ideias inovadoras que possam promover melhor acesso da sociedade aos serviços implementados pela justiça eleitoral
Promover uma busca constante na direção da modernização do Tribunal e capacitação dos servidores.
Melhorar as estratégias de capacitação e desenvolvimento do servidor para que seja prestado um melhor serviço ao público
Intensificar a informatização dos processos de trabalho de forma a imprimir celeridade à prestação dos serviços.
Criação dos postos avançados nas sedes de todos os municípios, com cooperação logística e de pessoal dos mesmos.
Promover palestras em instituições de ensino, órgão públicos
Tira dúvidas permanente (não só em período eleitoral) pelas redes sociais, como chats com respostas em tempo real.

Ampliação do processo judicial eletrônico
Constante consulta aberta a sociedade visando ouvir para aprimorar os processos na Justiça Eleitoral.
PROMOVER PARCERIAS NESSE SENTIDO COM AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E MELHORAR AS QUE EXISTEM COM AS PREFEITURAS MUNICIPAIS
Uma semana de divulgação em local público.
Realizar um mapeamento de práticas bem sucedidas em órgãos do judiciário brasileiro, adequando às atividades peculiares da Justiça Eleitoral, desde programas de conscientização sobre cidadania, democracia e exercício do voto, até uma maior celeridade às demandas judiciais e administrativas.
Levar a urna eletrônica a locais públicos, inclusive ruas, praças, cartórios eleitorais e centrais de atendimento, colocando enquetes para manifestação popular.
Sistema de filiação partidária com envio de mensagens eletrônicas para e-mail dos interessados, evitando dupla filiação
Otimizar os processos de atendimento ao cidadão.
Incrementar o uso das ferramentas tecnológicas como WhatsApp para intimação e aceitação de documentos para fins de comprovação de residências, diminuindo as múltiplas diligências.
Sem sugestão
Aproximar a sociedade da Justiça Eleitoral como parceira das atividades praticadas
Ampliar a criação de aplicativos para smartphones a fim de que o eleitor possa consultar seus dados sem ter que se dirigir ao cartório eleitoral.
Iniciar a divulgação do trabalho executado por esta justiça especializada, dos postos de atendimento, dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral na mídia televisiva, escrita e falada, sem esquecer das redes sociais, por meio de propaganda impulsionada.
Digitalizar todos os documentos de forma a acelerar os processos por meio de sistemas eletrônicos, ex. PJe.
Criação de equipamento móvel e compacto capaz de coletar dados biométricos dos eleitores que são impossibilitados de se locomoverem.
Digitalizar o acervo eleitoral e implantar processo judicial eletrônico
Melhorar o suporte e a estrutura de dados dos cartórios eleitorais
Diante da Res. TSE 23.474/2016 que reafirma o comprometimento da Justiça Eleitoral com a eficiência dos recursos econômicos/naturais e com a consolidação dos princípios sociais necessários para solidificação da sustentabilidade, verificamos que é de grande economia para a Justiça Eleitoral a digitalização de documentos e processos.
Sem sugestões.
Aprimorar utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.
Considero que a Justiça Eleitoral é vanguardista no que diz respeito à inovação institucional. Apesar de que é necessário um melhor alinhamento nos processos de trabalhos da JE. Todos os Regionais Eleitorais deveriam manter em constante funcionamento Escritório de Processos. Muitos procedimentos não estão desenhados, não possuem fluxograma. O modus operandi de muitos processos de JE ficam a cargo do entendimento do Juiz Eleitoral, que é a autoridade que está na ponta.
Uso de dispositivo móveis para acesso às contas de campanha e candidatos, bem o uso de aplicativos (celulares) para acesso ao cadastro eleitoral, individualizado.
Buscar a cooperação
Abrir-se para o universo da informática, utilizando ferramentas de inovação tecnológica no trato das demandas institucionais.
Associar ao E-título um FAQ com as principais dúvidas dos eleitores acerca do título eleitoral (transferência, revisão, alistamento etc).
Disponibilizar um campo ou formulário para as pessoas com deficiência ou restrições transitórias possam através da internet, em período anterior à eleição, informar sua condição, possibilitando aos cartórios melhor atender tais pessoas na distribuição das seções eleitorais, atingindo de forma real e integral o que pertine à acessibilidade. Pois no primeiro turno, as informações obtidas no preenchimento do formulário de acessibilidade são as dispostas no segundo turno da eleição anterior, ou seja, desatualizadas.
A disponibilização de formulários no site do TRE/CE para preenchimento das pessoas com deficiência ou restrições transitórias, a fim de informar sua condição, para facilitar o acesso a acessibilidade do eleitor no dia do pleito.
Consolidar os princípios sociais necessários para solidificar a acessibilidade, promovendo o fácil acesso das pessoas deficientes ou com restrições transitórias informando sua atual condição no site da Justiça Eleitoral, no período que antecede ao pleito, atualizando o banco de dados dos Cartórios.
Inserir e fortalecer a sustentabilidade, adotando boas práticas de economia dos recursos naturais, como diminuição de impressão de cartazes na veiculação de campanhas públicas, introduzindo vídeos nas redes sociais. Instalação de sensores de presença nos banheiros e salas para maior economia de energia. Substituição dos ar-condicionados por modelos mais novos e econômicos.
Inserir e fortalecer a sustentabilidade, adotando boas práticas de economia dos recursos naturais, como diminuição de impressão de cartazes na veiculação de campanhas públicas, introduzindo vídeos nas redes sociais. Instalação de sensores de presença nos banheiros e salas para maior economia de energia. Substituição dos ar-condicionados por modelos mais novos e econômicos.

Estabelecer pelo menos uma parceria para atualização do Cadastro Eleitoral mediante atendimento do eleitor por outro órgão ou autarquia da Administração Pública.

Fortalecer as políticas socioambientais

Refere-se à adoção de medidas para garantir o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público, do uso racional de recursos naturais, do fortalecimento da política de compras sustentáveis e da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Frequência: 97 respostas

Consolidar os princípios sociais necessários para solidificar a acessibilidade, promovendo o fácil acesso das pessoas deficientes ou com restrições transitórias informando sua atual condição no site da Justiça Eleitoral, no período que antecede ao pleito, atualizando o banco de dados dos Cartórios.

Tornar público e mais efetivo o processo de logística reversa das urnas eletrônicas.

Aplicar práticas socioambientais com mais frequência

Sem sugestões.

Implementar na JE, ações de reflorestamento, papel, copos descartáveis reciclados, material de limpeza biodegradável, reaproveitamento de água de pias e chuva, painéis de energia solar e cataventos geradores de energia domésticos, carros e caminhões elétricos, pelo menos um por regional, ação associada com empresas estaduais de fornecimento de energia e instalação de carregadores para carros elétricos para o público interno e externo da JE nos estacionamento, mediante tarifa das empresa de energia.

Focar em educação política

CRIAÇÃO DE GRUPO DE ORIENTAÇÃO E APOIO À IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NAS RESIDÊNCIAS E NOS CONDOMÍNIOS DE SERVIDORES E DEMAIS COLABORADORES DO TRIBUNAL

Educação ambiental

Tratar a ciência política como foco.

Incorporar à rotina do TRE/CE o alinhamento de suas ações aos ODS - Agenda 2030 da ONU, quando for possível.

Logística reversa no descarte de materiais.

Reaproveitamento de recursos.

Reduzir o consumo de copos descartáveis em 50% até o final de 2020

Implementação do teletrabalho

Criar laboratórios de Democracia e representatividade nas EJE

Redução do uso de papel e copos plásticos.

Promover palestras nas escolas

O material fornecido para os trabalhos eleitorais 2020 não conter a identificação do pleito para que possa ser reutilizado em outras eleições, evitando assim o descarte e desperdício dos mesmos. Racionalização dos quantitativos por zona de acordo com a demanda real

Reduzir o material impresso em cada eleição. Não identificar com o ano da eleição alguns impressos, a fim de reaproveita-los em mais de uma eleição. Convocação de auxiliares de eleição e mesários por e-mail.

Definição de cesta de produtos e serviços sustentáveis para utilização dos TRE's

Ampliar e divulgar as práticas com medidas mais inovadoras e com a participação maior do público interno e externo

No momento sem sugestões.

Diminuir a quantidade de impressos propagandísticos.

Diminuir a quantidade de material impresso enviado às zonas; troca de ar-condicionados "janeleiros" por "split"; Possibilitar o acesso dos sistemas do TRE (intranet) aos computadores externos (evita impressão de documentos para o magistrado, que poderia despachar do seu gabinete- PAD, SGRH...)

Políticas de conscientização no ambiente de trabalho.

Implantar, monitorar e fortalecer comissão de servidores como vistas a implantar uma cultura de práticas de sustentabilidade do TRE/CE.

Maior atenção aos servidores do interior, com relação à intensa carga e concentração de trabalho a que estão submetidos, especialmente no período eleitoral.

Desenvolver ações mais efetivas de conscientização socioambiental nas zonas eleitorais do interior do Estado do Ceará, com apoio mais próximo da equipe da Sede do TRE/CE. Compreende-se que visitas dos servidores da Sede ressaltando a importância dessas ações para nossa vida profissional e pessoal contribuiriam para uma maior adesão dos servidores dessas ZEs.

Solicitar das unidades eleitorais que realizem práticas nesse sentido e que informem aos TRE para que sejam compiladas visando padronização e possível normatização.

Firmar convênios com associações de catadores para descarte de materiais dos cartórios eleitorais; implantação de energia solar em todos os cartórios com sede própria.

A sede poderia incluir painéis solares para diminuição de uso de energia externa (diminuindo com isso gastos com eletricidade para empresas terceiras). Impressão de título só em casos especiais, como o caso do eleitor não possuir smartphone, tentando empurrar à sociedade o uso do app e-título ou até mesmo do app que unificará os documentos oficiais. E por fim, diminuir ao máximo os gastos com materiais impressos (propaganda, folders, informativos, livretos), pois há um acúmulo enorme nos cartórios desses materiais e já é uma forma ultrapassada de disseminação de informação.

O fortalecimento de compras sustentáveis e conscientização das políticas sustentáveis relativos ao meio ambiente.

Algo que ecologicamente seja impactante, positivamente, para a coletividade.

Redução do uso de papel, copos descartáveis e implantar mais políticas de reciclagem de materiais e bens insersíveis

Reciclagem de papel, doação de papeis descartados, adoção de um copo, economia de energia, reutilização de água, citando alguns.

Otimizar a destinação dos móveis em desuso em obediência à políticas socioambientais.

Nenhuma

Promover a divulgação permanente de ações que estejam voltadas a esse tema, destacando sua importância.

Sugiro que enviem o mínimo possível de folders, panfletos, cartazes e demais impressos às zonas eleitorais em períodos eleitorais! É de partir o coração a quantidade absurda de material gráfico desnecessário que é recebido pelas zonas, fico imaginando esse prejuízo a nível nacional. Um desperdício de recursos de grandes proporções! Que novos cálculos da demanda desse tipo de material sejam feitos, visando o mínimo de desperdícios. Sugiro ainda que, gradativamente, não enviem mais copos descartáveis às zonas eleitorais. É um modo forçado, infelizmente necessário, dos servidores se adequarem e adotar o seu próprio copo. Há muito tempo abracei essa causa, mas infelizmente ainda há colegas que consomem 3 - 4 copos descartáveis por dia! Nesses casos, conversa e cartazes não conscientizam, é cortar o mal pela raiz mesmo. A Europa está banindo material plástico de um único uso, é uma tendência mundial. Quanto às compras sustentáveis: de que modo o TRE dá preferência a comprar de empresas que realizam ações de sustentabilidade? Sugiro ainda que o TRE realize campanhas acerca da sustentabilidade junto às escolas e demais entidades coletivas. Parcerias junto às prefeituras para a coleta seletiva de lixo poderiam render bons resultados. Como separarmos o lixo produzido no Cartório se o município não dispõe de coleta seletiva, não tem associação de catadores de lixo?! Há quem tenha vontade de realizar essas ações, mas não dispõe dos meios necessários.

Otimizar a produção de material publicitário impresso durante o processo eleitoral. Ao final dos trabalhos, é gerado um volume muito grande de lixo. Ao menos encontrar uma forma de descarte sustentável ou reaproveitamento desse material.

Redução da utilização de papel, com a utilização de processos e requerimentos eletrônicos; disponibilização de sacolas e copos biodegradáveis.

Adotar práticas que não prejudiquem a natureza quanto ao uso de objetos. Ex: adotar copo para água e xícara para café.

Estipular um limite de "gasto" mensal por zona eleitoral.

Diminuir a necessidade de presença física da população cliente nas instalações da Justiça eleitoral, reduzindo a queima de carbono.

Estimular a adoção processos de compras padronizadas e compartilhadas entre os diversos TREs.

Promover o plantio de árvores

Implantar o Processo Eletrônico Administrativo (SEI) para todas as rotinas do tribunal, reduzindo ou eliminando o uso do papel.

Implementar a coleta seletiva na sede

Tornar indisponível a opção de solicitação de copos descartáveis no sistema de almoxarifado, como forma de incentivar a prática da "adoção" de copo ou xícara. Investir em plano de reciclagem e coleta seletiva e conscientização.

Estamos em via da implantação do sistema PJE, será uma oportunidade única de uma redução drástica no consumo de papeis, sendo tal divulgação fazer parte de um projeto maior de conscientização da população brasileira e exemplo para outros órgãos que resistem a modernização.

Vamos reciclar nosso lixo? Cuidar das árvores do entorno das sedes? Mais pesquisas e mais estudos? Precisamos desenvolver além da capacidade de gestão, porque gerir de certa forma é repetir. Em minha opinião precisamos formar cidadãos que também reflitam sobre o social.

Abandonar o uso de plásticos (através de garrafas, xícaras individuais de vidro)

Diminuir a quantidade de impressos especialmente no período eleitoral

Inserir nas licitações para aquisição de copos de plástico exigência para que o material seja livre de BPA (BPA-Free)

Almejar a otimização da comunicação com o eleitor, de forma inteligente e positiva, reduzindo a produção de material gráfico, e os respectivos resíduos.

Promover um planejamento participativo para o uso sustentável do papel e do plástico no Tribunal.

Aprimorar o processo de coleta seletiva e racionalizar o uso dos materiais recicláveis.

Sensibilizar os gestores e servidores acerca da importância das ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho para a melhoria do desempenho dos profissionais e, conseqüentemente, da obtenção de resultados mais satisfatórios.

Sem sugestão

Informatizar ao máximo possível os processos pra evitar gasto de papel e acúmulo

Parcerias com ONGs, associações de catadores etc permanentemente para destinação útil de recicláveis, de forma impositiva, com cobrança como ponto de correção anual.

Diminuir consumo de materiais (papel, copos plásticos, etc...)

Debates visando a orientação dos colaboradores. concretamente sugiro utilização de material reciclável, tipo papel, copo de vidro xicaras para café, entre outras medidas.

DIMINUIR AINDA MAIS O USO DE PAPEL

Realizar várias palestras no local de trabalho.

Mudança de comportamento dos servidores em relação à práticas ambientais, criando instrumentos que viabilizem a participação de todos em execuções de ações no tribunal e nas zonas; desenvolvimento de sistemas e tecnologias de informação sustentáveis que permitam reduzir o uso do papel; eliminação dos impactos ambientais negativos gerados por suas atividades.

Aumentar e realizar as coletas de matérias recicláveis nas ZE, uma vez que as cidades do interior não dispõem de local para reciclagem ou descarte correto.

Estimular atividade física laboral para servidores para prevenir doenças

Criar e implementar políticas de conscientização socioambientais no âmbito da Justiça Eleitoral.

Intensificar as proibições de uso de copos descartáveis e melhorar a aquisição de produtos de expedientes como canetas, lápis, apontadores, tendo em vista que as compras tem se revelado de péssimo nível.

Responsabilidade da Justiça Eleitoral por suas ações que afetam o ambiente

Uso consciente dos recursos.

Reduzir o uso de papel, com instalação do PJe para todas as zonas eleitorais.

Reduzir em 10% a utilização de descartáveis, motivar o aumento em 20% os processos de descarte de material e documentos, dentro dos parâmetros legais.

1- Substituição de vasos sanitários atuais para os ecológicos em pelo menos 30%; 2- Troca de torneiras por outras de maior economia de fluxo de água em pelo menos 30%; 3- Extinguir o uso do papel toalha por secador elétrico com pelo menos 25%; 4- Colocar sensores de luz nos banheiros, corredores e salas (áreas comuns); 5- Substituição de vasilhames de água por bebedouros, no intuito de reduzir o consumo de água com pelo menos 10%; 6- Extinguir todo copo e xícara descartáveis pelos individuais de cada um pelo menos 100%.

Fazer impressão apenas do indispensável e adotar copos permanentes para os servidores.

A digitalização do acervo e a implantação do processo judicial eletrônico acarretaria benefícios ao meio ambiente.

Implementação de ações internas para reutilização e reciclagem de materiais.

Convênios com instituições

Considerando a Res. TSE 23.439/2015 que inseriu a sustentabilidade na Justiça Eleitoral englobando ações relativas à acessibilidade, indicamos o fortalecimento das políticas públicas, formulando uma educação ambiental que seja crítica e inovadora para a transformação social; bem como sugerimos a possibilidade de o TRE/Ce oferecer o serviço de cadastro, no site, de pessoas com deficiência ou restrições transitórias a fim de que possam informar, em período anterior a eleição, sua condição, possibilitando aos cartórios organizarem a estrutura das seções eleitorais de forma a melhorar e atender os requisitos de acessibilidade.

Estruturar as secretarias responsáveis pela gestão ambiental com quadros que tenham a permanente capacitação necessárias para o desenvolvimento de suas atividades. Uma mescla de treinamentos EAD e presencial é muito importante. Vivências desses servidores em empresas ou cooperativas de agentes ambientais também é fundamental.

Aprimorar práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologias limpa.

Nada a sugerir.

Construção de cartórios que usem a compensação de energia solar, como fator obrigatório. Ainda, uso de iluminação solar e aproveitamento eólico para redução do calor nas zonas nas áreas de caatinga

Ações integradas com instituições públicas e privadas

Sem resposta.

Transformar todos os cartazes, folders e cartilhas educativas referentes ao processo eleitoral em arquivos e mídias digitais, extinguindo-se a modalidade física de divulgação e eliminando o uso de papel. Ex.: Usar somente redes sociais, internet, rádio/TV e banner eletrônico em praças e logradouros públicos

Treinar 90% dos servidores no Curso de reaproveitamento de resíduos sólidos

Eliminar o uso do papel em todos os trâmites administrativos judiciais com o uso obrigatório do SEI e do PJE em todas as instâncias da Justiça Eleitoral bem como a revisão dos layouts do mobiliário interno das unidades eleitorais visando a melhoria no padrão ergonômico nos locais de trabalho.

Que possamos usar copos de vidros e diminuir os copos de descartáveis

Reduzir o consumo de copos descartáveis em 50%

Troca dos ar-condicionados antigos em formato de caixa, por splinters que possuem um consumo de energia menor. Outra sugestão é que nos pedidos de material possamos requerer papel reciclado, que nos cartórios preferencialmente utilizar papel reciclado, embora saibamos que o TRE/CE está vivendo a era digital que reduz muito o consumo de papel.

A instalação de sensores nos banheiros e salas para maior economia de energia. Bem como a troca dos ar-condicionados por modelos mais novos e econômicos.

Inserir e fortalecer a sustentabilidade, adotando boas práticas de economia dos recursos naturais, como diminuição de impressão de cartazes na veiculação de campanhas públicas, introduzindo vídeos nas redes sociais. Instalação de sensores de presença nos banheiros e salas para maior economia de energia. Substituição dos ar-condicionados por modelos mais novos e econômicos.

Reduzir em 20;% o consumo de copos plásticos para água e café.

Estabelecer o regime de teletrabalho para pelo menos 5% do quadro efetivo do órgão.

Tratamento dos dados coletados

Todas as sugestões apresentadas foram analisadas pela Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão, que levou em consideração a particularidade do ano de aplicação da proposta de meta (ano eleitoral), pertinência do tema, aplicabilidade, análise de cenário, especificidade da Justiça Eleitoral, entre outros.

Ao final da análise a ASPEG confeccionou duas propostas de metas específicas para submissão à Presidência. Esta elaboração de propostas é um esforço de concatenação e adensamento das centenas propostas apresentadas.

1. **Consolidar, no âmbito da Justiça Eleitoral, a Gestão por Competências, visando a melhoria da gestão de pessoas em razão do cenário restritivo de recomposição da força de trabalho.**
2. **Promover, de modo estruturado, o combate às *fake news* visando manter a lisura do processo eleitoral.**

As duas propostas de meta específicas serão submetidas à Presidência para decisão sobre qual será a sugestão do TRE-CE à Rede de Governança Colaborativa.

PROPOSTAS DE METAS ESPECÍFICAS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

01

Consolidar, no âmbito da Justiça Eleitoral, a Gestão por Competências, visando a melhoria da gestão de pessoas em razão do cenário restritivo de recomposição da força de trabalho.

- *Publicação, até dez/2020, de Plano de Desenvolvimento de Competências.*
- *Realização de concurso interno para ocupação de, minimamente, 1 FC e 1 CJ.*
- *Ter realizado o mapeamento de competências das unidades de atendimento ao eleitor.*

02

Promover, de modo estruturado, o combate às fake news visando manter a lisura do processo eleitoral.

- *Criação de unidade estruturada e dedicada ao tema, para atuação no período eleitoral.*
- *Checagem e verificação de informações e publicação das análises no portal da Justiça Eleitoral na internet e em mídias sociais.*
- *Capacitação de servidores para atuarem com o tema.*
- *Campanhas de conscientização do eleitorado sobre o tema.*

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará



Escritório de Processos Organizacionais
Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão
Diretoria-Geral